

A ESTEPE E A GUERRA: PARA COMPREENDER A HISTÓRIA DA AGRESSIVIDADE NÓMADA

por

JOÃO PEDRO MARQUES

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (IICT)

A história da Eurásia Interior – sobretudo a história do seu contacto com as civilizações agro-urbanas que a rodeavam – é uma história vulcânica: erupções militares, destruições de homens e bens, sucessivas lavas nómadas que se fixaram no espaço sedentário, fazendo corpo comum com o poder estabelecido num esforço para conter novas erupções da estepe¹. Esse quadro eruptivo repetiu-se tão frequentemente ao longo de um grande arco longitudinal de estepes que se estendia da Hungria à Manchúria, constitui uma tendência histórica tão duradoura e disseminada, que terá certamente razões profundas e específicas, isto é, deverá remeter para motivações essenciais no modo de vida do cavaleiro nómada que de alguma forma o inclinam para o estabelecimento de relações turbulentas com o sedentário².

¹ A imagética vulcanológica foi utilizada por Denis Sinor, «Central Eurasia», in *Orientalism and History*, Indiana University Press, Bloomington, 1970 (1.ª ed. de 1954), p. 93; outros, como por exemplo George Vernadsky (*The Mongols and Russia*, Yale University Press, New Haven, 1953, p. 5), recorreram à imagem da explosão. Correntes historiográficas recentes procuraram atribuir essas e outras imagens do nómada agressor a uma série de distorções decorrentes de uma paranóia sedentária (cfr., por exemplo, Pierre Briant, *État et pasteurs au Moyen-Orient ancien*, Cambridge University Press/Ed. de la Maison des Sciences de L'Homme, Cambridge/Paris, 1982). Para uma crítica a essa corrente e para a sugestão de que a guerra faria parte da própria natureza do nomadismo equestre, ver João Pedro Marques, «Sur la nature du nomadisme des steppes eurasiatiques», in *L'Homme*, 108, 1988, pp. 84-98.

² Existem várias obras de síntese sobre a história dos conflitos entre a estepe e o mundo agrário. A meu ver a melhor continua a ser a obra clássica de René Grousset, *L'Empire des steppes*, Payot, Paris, 1976 (1.ª ed. de 1939); para uma abordagem semelhante, mas centrada exclusivamente nas etnias turcas ver Jean-Paul Roux, *Histoire des Turcs. Deux mille ans du Pacifique à la Méditerranée*, Fayard, Paris, 1984; o livro de Thomas J. Barfield, *The Perilous Frontier. Nomadic Empires and China*, Basil Blackwell, Cambridge (Mas.), 1989, constitui um estudo excelente mas, como o título indica, confinado à fronteira da China; a síntese mais recente é a obra colectiva editada por Denis Sinor, *The Cambridge History of Early Inner Asia*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990, que tem a seu favor o facto de apresentar uma extensa bibliografia sobre cada área específica; mas os capítulos são qualitativamente desequilibrados e o âmbito cronológico da obra não ultrapassa o século XII.

O carácter belicoso do nómada constituiu, desde o início, uma permanente fonte de perplexidades para os observadores dos acontecimentos. Desde logo porque foi, geralmente, à distância, muitas vezes por detrás das muralhas protectoras das suas cidades, e através de mitos e informações em segunda mão, que os letrados chineses, bizantinos ou árabes procuraram pôr ordem lógica e narrativa no turbilhão de incursões e destruições da cavalaria nómada. Para além de ameaçadoras, as gentes da estepe eram habitualmente evasivas e a trama dos acontecimentos da sua política interna foi, quando muito, apenas vagamente conhecida pelos sedentários que sobre elas se interrogavam e escreviam. Na ausência (ou debilidade) de um conhecimento directo e pormenorizado, muitos autores antigos limitaram as suas considerações sobre a acção guerreira dos nómadas a uma espécie de espuma superficial, feita das regularidades perceptíveis. Ora, nesse plano superficial, a repetição dos itinerários de ataque, dos processos, das metas, de uma boa parte das acções bélicas nómadas, sugeria uma agressividade intrínseca da estepe, algo de imutável e fixo, compulsivo e repetitivo, que parecia não depender inteiramente da vontade humana ou do rumo da história. Assim, e como forma de contornar os obstáculos inerentes à falta de dados sobre o universo veicular da Eurásia Interior, as culturas urbanas geraram muito precocemente algumas ideias simples sobre a natureza belicosa dos bárbaros do norte, e elaboraram pequenos esquemas explicativos, estribados no teológico ou no óbvio, que fossem capazes de fornecer justificações verosímeis para as frequentes pulsões militares da estepe.

Se os esquemas explicativos de natureza teológica que atribuíam os ataques nómadas ao Propósito divino foram inteiramente abandonados, muitos daqueles que se apoiavam nas particularidades do meio físico ou do próprio modo de vida móvel, e cuja lógica explicativa era compatível com o racionalismo da idade moderna, duraram até aos nossos dias, impregnando uma parte da historiografia que se debruça directa ou indirectamente sobre a Eurásia Interior. Porque assim tem sido, essa historiografia tem contribuído para gerar um quadro teórico confuso, por vezes superficial e contraditório, sobre a agressividade nómada, quadro que é feito de uma mescla de velhas e novas ideias, e que muitas vezes é falsamente explicativo.

Este artigo procurará clarificar esse quadro, fazendo a sistematização e revisão crítica do conjunto de teorias mais ou menos implícitas na historiografia do nomadismo nessa parte do mundo. Essa decantação teórica é, a meu ver, importante. Não porque a história das estepes da Eurásia Interior possa ser deduzida de uma teoria geral – tal como todas as outras, ela é feita com documentos – mas porque existem aspectos nessa história que ficam melhor esclarecidos se forem entendidos à luz de princípios teóricos sobre as sociedades nómadas. E por várias razões, de que destaco duas: em primeiro lugar porque, como já referi, a história da estepe é, em geral, mal documentada e, o que é mais, documentada unilateralmente já que a maior parte dos documentos que lhe dizem respeito foram produzidos nas periferias sedentárias; em segundo lugar porque a história da estepe envolve socie-

dades específicas, com uma lógica de funcionamento muito particular e substancialmente diferente da lógica das velhas civilizações agrícolas e urbanas. Assim, sem um modelo teórico adequado, o historiador arrisca-se a nem sequer perceber aquilo que os documentos lhe dizem.

1. Interpretações económicas

As teorias que procuram ligar a agressividade dos cavaleiros das estepes euro-asiáticas à sua economia constituem um tronco com várias ramificações que se prestam a uma utilização conjunta ou separada. O ramo aparentemente mais antigo é constituído por aquilo que podemos designar por teoria da cobiça – algo que, na sua essência, não será mais do que a explicação frequentemente avançada pelas etnografias da Antiguidade para justificar a belicosidade nómada³ –, e que se estrutura a partir de um encaimento de ideias supostamente evidentes: o meio hostil da estepe inibiria a vida agrícola e a sedentarização, impondo o pastoralismo; a mobilidade pastoralista traria consigo a pobreza; e esta, por sua vez, geraria a rapacidade e a agressividade constante contra o sedentário, o detentor da riqueza.

Parte desse estereótipo sobre agressividade nómada é inespecífico. Encontram-se esquemas explicativos causais semelhantes (pobreza/mobilidade/agressividade), por exemplo, na visão que, desde Júlio César, a cultura clássica transmitiu acerca do mundo germânico⁴. O que significa que, independentemente da forma assumida, a teoria da cobiça é feita de um conjunto de elementos heterogéneos e pesadamente marcados de um ponto de vista cultural e civilizacional, elementos de algum modo reforçados ao longo do tempo pela natureza dos testemunhos históricos. Efectivamente, a escassez documental e a forma repetitiva como se referenciaram os ataques que provinham da estepe, incentivaram o raciocínio por analogia e contribuíram para que se criasse uma rede inextricável de generalizações, feixes cruzados de casos que se justificam uns aos outros. Desse modo a teoria da cobiça sobreviveu quase inalterada até ao nosso século e, na medida em que foi encontrando ampla justificação nas fontes, repercutiu abundantemente pela historiografia.

Tendo em mente o universo turco-mongol e chinês, Grousset, por exemplo, considerava que por definição, o nómada seria pobre. No decurso da sua vida itinerante, afluía o espaço das civilizações sedentárias e as condições de vida que aí entrevia não poderiam deixar de aguçar a sua cobiça; em conformidade, deambulava nas proximidades de reinos e de impérios, exigindo-lhes *manu militari* o pagamento regular de tributos e (ou)

³ Cfr. Briant, *op. cit.*

⁴ Emilienne Demougeot, *La formation de l'Europe et les invasions barbares. Des origines germaniques à l'avènement de Dioclétien*, Aubier, Paris, 1969, pp. 79-83.

pilhando, se as suas exigências fossem recusadas⁵. Se bem que alguns historiadores continuem a colocar a questão da agressividade nómada em termos de pobreza e cobiça – é o caso, nomeadamente, de Sinor⁶ –, e que esta teoria tenha a seu favor uma enorme base documental referente a todas as épocas e a todas as fronteiras culturais, ela remete para uma ideia absoluta de riqueza (e de pobreza) que é difícil de subscrever integralmente. Por outro lado, contém áreas de indeterminação aparentemente inultrapassáveis porque permite justificar toda e qualquer movimentação militar nómada. Assim, se para Grousset a pobreza do nómada levava a que a relação agressiva com o sedentário alternasse entre a pilhagem e o tributo, para Sinor as razões económicas forçá-lo-iam a ser um conquistador. Só as circunstâncias históricas poderiam obrigar um grupo a permanecer (ou a regressar) a um nível de barbarismo, nas periferias, porque, a não ser assim, a sua meta seria sempre a apropriação do espaço sedentário: «who would like to leave the flesh pots and go forth into the wilderness?»⁷ Ora, independentemente da justiça da apreciação de Sinor – e há que assinalar que essa apreciação é negada por vários exemplos de grupos nómadas que insistentemente recusaram a possibilidade de conquista de espaços sedentários, mesmo em posição de clara supremacia militar – o que importa sublinhar, mais uma vez, é o carácter inespecífico da teoria da cobiça, que a converte num saco onde tudo cabe.

As inespecificidades explicativas da ideia de cobiça diminuem consideravelmente quando essa ideia é acoplada à teoria da insuficiência económica do pastoralismo, teoria cuja argumentação básica é, em síntese, a seguinte: os nómadas podiam cultivar; porém, no contexto ecológico da estepe a rentabilidade da agricultura seria sempre inferior à da criação de gado⁸. Assim sendo, no passado, perante um solo quase sempre pobre e uma utensilagem pouco elaborada, perante um clima inclemente e incerto, só os mais desvalidos recorreriam à agricultura como modo de subsistência e a estepe acabou por focar a sua actividade produtiva no pastoralismo, melhor adaptado à riqueza herbácea do ecossistema. Todavia, sendo o pastoralismo uma economia extensiva, o aumento de produtividade tornar-se-ia impossível a partir

⁵ Grousset, *op. cit.*, p. 23.

⁶ Denis Sinor, «The greed of the Northern Barbarian», in L. V. Clark & P. A. Draghi (Eds.), *Aspects of Altaic Civilization*, II, Indiana University Press, 1978, pp. 171-182; *id.*, «Introduction: the concept of Inner Asia», in Sinor (ed.), *op. cit.*, pp. 4-5.

⁷ *Id.*, «Central...», *op. cit.*, pp. 94-95.

⁸ Ao contrário do que geralmente se supõe, a Eurásia Interior viu o desenvolvimento de estabelecimentos agrícolas neolíticos, estabelecimentos esses que precederam em muitos séculos o pastoralismo extensivo (cfr. Andreas Róna-Tas, «The place of agriculture in the ethnography of the Mongols», in *Etnografia Polska*, 24, 1, 1980, p. 45, e A. P. Okladnikov, «Inner Asia at the dawn of history», in Sinor (ed.), *op. cit.*, pp. 70 segs. Mas ainda que a agricultura não seja impossível na Eurásia Interior existem algumas limitações à sua prática, e que são consequência das condições naturais, nomeadamente a falta de água, a salinização dos solos, a curta duração do estio e a erosão eólica.

de determinados níveis de ocupação das pastagens. Por outro lado, a monoespecialização económica criava uma dependência estrutural da estepe face ao mundo exterior em tudo o que dissesse respeito à obtenção de cereais, têxteis e manufacturas. A guerra insinuava-se, então, como a maneira mais expedita de melhorar as condições de vida, sobretudo para as comunidades que podiam dispor de uma cavalaria altamente móvel e das inerentes vantagens estratégicas⁹.

Através da pilhagem e do uso da força os nómadas conseguiriam adquirir os produtos de que necessitavam, nada dando em troca. Contudo, os *raids* de pilhagem, sendo demasiado imprevisíveis e dependentes do equilíbrio de forças entre nómadas e sedentários em cada momento histórico concreto, não podiam ter forma prefixa e autolimitada, podendo suceder que a escalada de violência viesse a destruir os próprios fundamentos da vida económica das populações agrícolas. A longo prazo seria, então, mais benéfico e seguro conseguir dessas populações o pagamento de tributos regulares para serem deixadas em paz ou em troca de protecção contra os ataques de outros nómadas. Só face a um Estado sedentário forte e decidido a não ceder à chantagem belicista, os nómadas se veriam compelidos a subjugar ou conquistar o próprio espaço sedentário¹⁰.

Uma variante da teoria da insuficiência económica do pastoralismo é aquela que tem sido frequentemente aplicada à história do relacionamento sedentário/nómada nas fronteiras da China. Essa variante, a que podemos dar o nome de explicação cambista, defende que a guerra nasceria da interrupção dos circuitos comerciais¹¹. A teoria retoma a tese da monoespecialização e dependência económicas das sociedades pastoralistas mas tende a colocar o ónus da guerra sobre os sedentários. Admite que, e ao contrário do que geralmente se julga, a Grande Muralha teria sido construída mais para circunscrever a expansão chinesa e impedir que os camponeses das periferias optassem por fugir ao amplexo do Estado, do que para proteger a China dos ataques da estepe¹². As agressões dos nómadas teriam vindo depois, em consequência da demarcação fronteiriça, e teriam sido larga-

⁹ Róna-Tas, *op. cit.*, p. 49.

¹⁰ Uma recente apresentação dessa teoria encontra-se em Anatoly M. Khazanov, *Nomads and the Outside World*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984, pp. 222-223.

¹¹ As teorias cambistas foram desenvolvidas a respeito de vários contextos históricos e geográficos. No caso da Eurásia Interior, a ideia foi sugerida por Teggart e desenvolvida por Lattimore. Para versões recentes da teoria ver Owen Lattimore, «Herdsman, farmers, urban culture», in Equipe Écologie et Anthropologie des Sociétés pastorales (ed.), *Pastoral Production and Society/Production pastorale et société*, Cambridge University Press e Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, Cambridge e Paris, 1979, pp. 479-490; Ildikó Ecsedy, «Chinese-Turk political connection and conflict in 615 A.D.», in *Acta Antiqua*, 31, 1-2, 1985-88, pp. 91-100; ou ainda S. Jagchid e J. van Symons, *Peace, War and Trade Along the Great Wall. Nomadic Chinese Interaction Through Two Millennia*, Indiana University Press, Bloomington, 1989, pp. 24-78.

¹² O autor desta interpretação foi Owen Lattimore. Ver em particular o seu *Studies in Frontier History*, Oxford University Press, Oxford, 1962, p. 484 (entre outras).

mente causadas pela desigualdade dos intervenientes no processo de troca. Era o bárbaro nómada – e não o chinês – que dependia do comércio e que procurava desesperadamente a relação mercantil; todavia, os governos imperiais bloqueavam frequentemente um negócio que, para eles, tinha um interesse relativo visto a China produzir suínos e têxteis, pouco se interessando por cabeças de gado e pela lã que os nómadas traziam do norte. Assim, quando não bloqueavam pura e simplesmente a relação comercial, os chineses valiam-se da sua experiência e abundância material para explorar o cavaleiro da estepe¹³. Em inferioridade, ou completamente impossibilitado de aceder a produtos vitais para a sua vida itinerante, o nómada turco ou mongol teria apenas uma de três alternativas: continuar a trocar bens com populações sedentárias num sistema de contrabando, sempre difícil em zonas delimitadas e guardadas; submeter-se politicamente, aceitando o estatuto de reino dependente e a suserania do Filho do Céu, sujeição que lhe daria um acesso mais ou menos livre aos mercados; ou, mais simplesmente, recorrer à guerra. Para os defensores da tese cambista, a situação nas fronteiras da China tenderia a mostrar que os nómadas raziavam as fronteiras sempre que não conseguiam obter cereais e vestuário, por via pacífica. O próprio conflito entre Chingis Khân e os Chin teria começado a partir de uma recusa comercial¹⁴. Pelo contrário, sempre que os imperadores chineses mais sensatos e avisados estabeleciam mercados e outros mecanismos de troca com as populações da estepe, a paz tinha tendência para substituir o tropel dos cavalos e a chuva de flechas.

Apesar de muito bem construída, a tese cambista não resolve todas as dificuldades. Não que esteja em causa o papel do comércio como potencial desencadeador de guerras. Aliás, a matriz teórica elaborada pelos cambistas a propósito da fronteira chinesa é igualmente aplicável a outras fronteiras de contacto nómada/sedentário. Para obterem certos produtos que os Romanos lhes interdavam os Hunos recorriam à guerra, e a questão dos mercados era tão importante para eles que acabou por ficar regulamentada no tratado de Margus¹⁵. E exemplos como este encontram-se a cada passo da história das relações nómada/sedentário. Dito isto, a teoria não explica por que razão é que, em certos casos, as acções militares nómadas se desencadearam e prosseguiram em épocas de desimpedimento comercial. Jagchid e van Symons, dois dos proponentes da tese cambista, reconheceram essa dificuldade e atribuíram a volatilidade das relações pacíficas ao facto de os nómadas possuírem capacidades militares superiores que os levariam a procurar tirar proveito da vantagem, aproveitando um terreno aberto ou desguarne-

¹³ Jagchid e Symons, *op. cit.*, p. 36.

¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 19.

¹⁵ Cfr. Otto Maenchen-Helfen, *The World of the Huns*, University of California Press, Berkeley, 1973, pp. 75, 90 e 187; e B. Croke, «Anatolius and Nomus: envoys to Attila», in *Byzantinoslavica*, 42, 1981, pp. 159-170.

cido para deitar mãos aos bens de que precisavam¹⁶. Por outras palavras, quando em dificuldade, a explicação cambista remete para as teorias da cobiça e da insuficiência económica do pastoralismo. Ou seja, o esquema explicativo proposto pelas três teorias de base económica constitui uma linha que se fecha sobre si própria e que só pode quebrar o círculo vicioso quando se associa a explicações de outra índole – sobretudo de índole política, como se verá. Sem essa associação a explicação económica permanece demasiado rígida e unilateral, não só porque faz decorrer a motivação agressora da monoespecialização da economia pastoralista, geradora de pobreza e de dependência, mas, sobretudo, porque justifica as várias modalidades da acção guerreira não a partir das condições internas, inerentes ao mundo nómada, mas a partir da postura assumida pelo potencial alvo sedentário: uno ou fragmentado, concedendo tributo ou forçando a guerra, autorizando o comércio ou suscitando a pilhagem.

Importa acrescentar que a guerra nunca pode ser vista como uma consequência exclusiva da economia pastoralista. Basta atentar na composição normal de um rebanho nómada para perceber que outros factores intervieram. Por norma, o cavaleiro da estepe era um criador de ovinos, caprinos, camelídeos, bovinos e equídeos. No seu conjunto esses animais permitiam explorar a riqueza e variedade herbácea do ecossistema e assegurar as necessidades elementares da comunidade nómada. Contudo, o facto de o cavalo ser o grande herbívoro preferido reflecte uma clara opção estratégica e não propriamente económica pois que, desse ponto de vista, a pradaria adequa-se tanto aos equídeos como aos bovinos¹⁷.

2. Interpretações naturalistas

Uma explicação vulgar da agressão nómada é a que concebe as aptidões militares ou a ferocidade dos povos da estepe como uma resultante do próprio meio físico. Trata-se, no fundamental, de uma explicação antiga. Desde Hipócrates que a Antiguidade Clássica ligava a natureza do homem às características da terra que habitava. Às planícies do norte do Danúbio – para lá do qual, como dizia Ovídio, «nada há a não ser o frio e o inimigo»¹⁸ –, os gregos e romanos associavam propensões bélicas excepcionais. Também as geografias árabe e iraniana, influenciadas por Ptolomeu, adoptaram visões deterministas sobre a aptidão militar do nómada. Al-Mas'udi e Ibn Rusta, por exemplo, pensavam que o frio da estepe provocara nos turcos uma tal plasticidade óssea que os cavaleiros dessas tribos seriam capazes

¹⁶ Jagchid e van Symons, *op. cit.*, p. 36.

¹⁷ Denis Sinor, «Horse and pasture in Inner Asian history», in *Oriens Extremus*, 19, 1-2, 1972, pp. 171-183; Khazanov, *op. cit.*, pp. 46-49; Marques, *op. cit.*, p. 91.

¹⁸ *Tristia*, elegia única, 195-196.

de fazer uma rotação completa na sela, estando, por isso, especialmente preparados para a guerra pois, mesmo em fuga, podiam continuar a disparar sobre os inimigos¹⁹. É certo que o mundo islâmico, forçado a acomodar uma civilização beduína à vida urbana, habituado à coabitação de nómadas e sedentários, tendia a atenuar as irredutibilidades recíprocas e admitia geralmente que a transferência de nómadas para climas mais temperados podia alterar a sua natureza²⁰. No entanto, essa perspectiva acabava por reforçar a ideia determinista que fazia depender o comportamento dos homens do tipo de terra em que viviam.

A convicção de que as actividades humanas eram em toda a parte, e ao longo de toda a história, determinadas pelas condições de ambiente chegou a ser cientificamente sacralizada no final do século XIX e início do século XX, antes da geografia ter substituído as perspectivas deterministas pelo possibilismo. Apesar de tudo, a ideia de que as condições agrestes da estepe geravam um ser humano talhado para o combate continuou a impregnar a historiografia do nomadismo, surgindo aqui e ali como explicação do fluxo guerreiro do nómada. A avaliação de Grousset, que via na pressão dos cavaleiros da estepe sobre as civilizações do sul «uma lei quase física ditada pelas condições do *habitat*», reflecte essa visão determinista que, ainda que inadequada, permanece actual para alguns historiadores²¹.

Mas o determinismo geofísico surgiu também sob formas mais específicas. A aplicação dos resultados da paleoclimatologia à história da estepe possibilitou o desenvolvimento de teses que visavam explicar o aspecto cíclico das invasões nómadas a partir das variações climáticas. Para Huntington, o clima da Ásia ter-se-ia tornado decididamente mais seco entre o princípio do século XI e o fim do século XII, gerando uma onda de dificuldades entre os pastores nómadas que, em consequência, teriam acabado por favorecer o empreendimento guerreiro de Temujin (o futuro Chingis Khân) e a expansão mongol²². Nas palavras de Toynbee, um famoso segui-

¹⁹ Cfr. Ruth I. Meserve, «The inhospitable land of the Barbarian», in *Journal of Asian History*, 16, 1982, pp. 51-89.

²⁰ Se exceptuarmos o caso dos Mongóis, o Médio Oriente foi, sobretudo, uma zona de interpenetração e de pequeno conflito. Uma vez que na área em questão raramente existia uma delimitação nítida entre as ecologias respectivas – as pastagens intercalavam-se com as cidades e os campos cultivados –, os mundos nómada e sedentário fundiam-se por necessidade e tendiam a aceitar-se reciprocamente. Já islamizados e aculturados, os turcos (Seldjúcidas, Otomanos e outros) foram avançando em pequenos grupos e causaram relativamente poucos estragos (cfr. Joseph Fletcher, «The Mongols: Ecological and Social Perspectives», in *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 46, 1, 1986, p. 39; e Rudi Paul Lindner, *Nomads and Ottomans in Medieval Anatolia*, Research Institute for Inner Asian Studies, Indiana University, Bloomington, 1983).

²¹ Grousset, *op. cit.*, p. 22.

²² Ellsworth Huntington, *Civilization and Climate*, Yale University Press, New Haven, 1924 (1.ª ed. de 1915), p. 440.

dor de Huntington, «the demons of drought and starvation were spurring the Mongols on»²³.

Nas últimas décadas uma certa flutuação quanto aos dados da paleoclimatologia permitiu que se erigissem teses diferentes, por vezes opostas, a partir da teoria da pulsação climática²⁴. Mas, deixando de lado a divergência de construções teóricas, importa sublinhar que as explicações que, sob várias formas, admitem a influência do clima no desencadear da agressividade dos cavaleiros nómadas suscitam sérias objecções. Em primeiro lugar está por provar a coincidência absoluta entre variação climática e invasão nómada. O próprio Toynbee não se limitou ao estudo do episódio mongol e procurou generalizar a equação climatológica de Huntington, de modo a fazer coincidir as épocas de agitação ou invasão nómada com os períodos cíclicos de seca nas regiões subtropicais áridas. Todavia os resultados obtidos forçaram-no a reconhecer que nem todas as guerras nómadas podiam relacionar-se com alterações climáticas²⁵. Em segundo lugar – e mais importante – pode objectar-se que as flutuações climáticas não têm sentido único. No caso concreto da estepe mongol a alteração climática valorizada por Huntington não implicava necessariamente uma diminuição da área de pastagens, e um aumento consequente das dificuldades alimentares que levassem à expansão territorial. Se, nas latitudes meridionais, a seca reduziria a pradaria convertendo-a em deserto, a norte podia ter um efeito precisamente contrário, fazendo recuar a floresta a favor da estepe florestada²⁶. De facto, uma das características climatológicas da Eurásia Interior é precisamente a flutuação climática de curto prazo, o que faz com que haja uma certa migração das fronteiras entre tundra, taiga, estepe e deserto, com deslocações respectivas num eixo norte-sul, em função da humidade e da temperatura. Mas essas variações são sempre de curta duração e compensam-se umas às outras, pelo que de modo nenhum permitem sustentar as teorias imaginativas de Huntington e seus seguidores²⁷.

O complemento mais usual da teoria climatológica é de natureza demográfica. A concepção básica de que parte é a de que, no passado, antes da medicina ter aprendido a controlar as grandes epidemias, os nómadas escapavam mais facilmente do que os sedentários às grandes catástrofes sanitárias. De um modo geral a salubridade relativa dos seus meios ambientes garantir-lhes-ia um dinamismo demográfico assinalável, e daí uma tendência

²³ Arnold Toynbee, *A Study of History*, vol. 3, Oxford University Press, Londres, 1939 (1.ª ed. de 1934), p. 440.

²⁴ Gareth Jenkins («A note on climatic cycles and the rise of Chinggis Khan», in *Central Asiatic Journal*, 18, 1974, pp. 220 segs.), atribuiu a pulsão conquistadora dos Mongóis a um decréscimo das temperaturas médias. Para outras interpretações paleoclimatológicas cfr. Anatoly M. Khazanov, «The origin of Genghis Khan's State», in *Etnografia Polska*, 24, 1, 1980, p. 34.

²⁵ Khazanov, «The origin...», *op. cit.*, pp. 406-419.

²⁶ Cfr. Toynbee, *op. cit.*, p. 453 (nota crítica de G. Hudson à teoria climatológica).

²⁷ Robert N. Taaffe, «The geographic setting», in Sinor (ed.), *op. cit.*, p. 30.

geral para a existência de excedentes humanos na estepe. Contudo, o aumento demográfico a partir de certo nível não podia ser acompanhado por um incremento equivalente da produção alimentar visto que a economia nómada assentava no pastoralismo extensivo. À pressão demográfica mais forte do que a que se verificava nas sociedades de agricultores, correspondia uma margem de expansão da produção alimentar muito mais pequena. Assim, as limitações alimentares do modo de vida pastoralista, conjugadas com uma pressão demográfica constante, implicariam quase sempre um equilíbrio precário e, nessas condições, até mesmo as pequenas flutuações climáticas poderiam ter um peso decisivo na vida do grupo nómada, criando rapidamente situações de saturação e ruptura que forçavam o cavaleiro da estepe a procurar pastagens mais verdejantes – e a obtê-las através da guerra – ou, em alternativa, a cair sobre os territórios sedentários, originando guerras e invasões²⁸. Considerando a Mongólia de finais do século XII, por exemplo, Khazanov realçou a ocorrência de constantes e violentas lutas pelas pastagens e pelo gado. Partindo do princípio de que uma tal frequência conflitual seria rara na estepe, o autor atribuiu-a a um excesso populacional: teria sido a pressão demográfica, agravada pela seca (e, também, associada a razões de natureza social e política), a gerar as pré-condições para uma expansão militar dos Mongóis²⁹. Mas uma interpretação deste tipo é largamente especulativa, tanto quanto ao cálculo da população total da Mongólia em finais do século XII, como quanto à ideia de que, nessa época específica, as disputas em torno das pastagens e do gado terão sido mais intensas e frequentes do que em épocas anteriores. Como o próprio autor reconhece, não há dados empíricos para suportar tais afirmações³⁰.

3. Interpretações mecânicas

Não obstante a sua fragilidade, é a interpretação demográfica que confere algumnexo à teoria cinética da agressividade nómada. A ideia de que as tribos se empurravam umas às outras, fosse em luta pelas pastagens fosse por razões políticas, e que esses choques e movimentos provocavam invasões territoriais reflexas que iam repercutir nas fronteiras dos impérios, é uma teoria muito antiga que remete, consoante o âmbito cultural, para Heródoto ou para Sima-Qian, isto é, para os determinismos geo-político-económicos arcaicos registados nas fontes³¹. Certamente por isso continua a ser amplamente usada. Toynbee, por exemplo, foi um dos seus vulgarizadores e fez

²⁸ Xavier de Planhol e P. Rognon, *Les zones tropicales arides et subtropicales*, Armand Colin, Paris, 1970, pp. 271-272.

²⁹ Khazanov, «The origin...», *op. cit.*, pp. 31-33.

³⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 31.

³¹ (Heródoto), *Hist.*, IV, 12-13; (Sima-Qian), *Shiji*, 123.

dela uma explicação acoplada à sua teoria climatológica: os cavaleiros nómadas afectados pela crescente aridez teriam sido forçados a procurar novas pastagens; com isso, entravam em choque com outros cavaleiros nómadas e o movimento repercutir-se-ia, por vezes até junto das fronteiras sedentárias. Teggart, pouco depois, comparou o processo a uma carambola de bilhar realizada em câmara lenta. No seu estudo sobre movimentos agressivos nómadas entre 58 a. C. e 157 d. C. constatou que 27 dos 40 levantamentos bárbaros verificados nessa época nos *limes* romanos, podiam relacionar-se com conflitos entre sedentários e nómadas ocorridos nas fronteiras chinesas³².

A teoria da carambola – também chamada efeito dominó – está solidamente apoiada na documentação. No entanto, é forçoso reconhecer que tem subjacentes alguns pressupostos dificilmente aceitáveis. A sua utilização enquanto explicação histórica pressupõe uma estepe integralmente ocupada, um espaço geográfico saturado, sem escapatórias nem capacidade de absorção social, de forma que a deslocação de um segmento tribal implicasse forçosamente o empurrar de outro segmento. Só assim seria legítima a fórmula de Grousset, para quem «le moindre ébranlement produit à une des extrémités de la steppe entraînera sans cesse les conséquences les plus imprévues aux quatre coins de cette immense zone de migrations»³³. Ora, na estepe, existiam geralmente zonas livres, terras de ninguém entre as formações políticas nómadas, que serviam de áreas de evitação e de segurança contra os ataques dos vizinhos³⁴. São inúmeros os casos de migrações que não foram acompanhadas de qualquer convulsão perceptível nas orlas do mundo sedentário. Um exemplo apenas: em meados do século VIII as tribos Oghuz expulsas dos seus territórios no noroeste da Mongólia migraram para ocidente, vindo a fixar-se nas imediações do mar de Aral, mas essa migração não originou, no imediato, qualquer carambola³⁵.

Para além disso, a teoria passa ao lado de todos os dados da antropologia política ao conceber a tribo nómada como um bloco impenetrável, forçado a deslocar-se quando pressionado por um bloco equivalente e militarmente mais forte. Nada mais longe da verdade. Sabemos, pelo menos desde que os antropólogos começaram a estudar a organização da sociedade tribal, que as tribos nómadas eram sociedades segmentares – isto é, composta por grupos não-especializados, jurídica e economicamente equivalentes entre si – e, como tal, entidades evanescentes, capazes de se moldar,

³² Frederick J. Teggart, *Rome and China. A Study of Correlations in Human Events*, The University of California Press, Berkeley, 1939.

³³ Grousset, *op. cit.*, p. 69.

³⁴ Os territórios dos Petchenègues na estepe ucraniana, por exemplo, estavam a 4, 5 ou 6 dias de viagem dos territórios de outras grandes formações políticas nómadas (cfr. Olmejan Pritsak, «The Pecenegs: a case of social and economic transformation», in *Archivum Eurasiae Medii Aevi*, 1, 1975, pp. 219-220).

³⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 214.

se desagregar e refazer, de engordar ou emagrecer de acordo com as contingências da história. Ao contrário das sociedades de agricultores que tendiam a excluir os recém-chegados, as tribos nômadas eram entidades políticas capazes de atingir graus de plasticidade e de inclusividade social e política que se conciliam mal com um qualquer efeito de dominó³⁶. É certo que, em caso de derrota militar, os clãs dirigentes eram geralmente trucidados mas, aos outros, era-lhes dada a possibilidade de integrar a estrutura sociopolítica vencedora, numa posição hierárquica determinada. Ao contrário do que se afirma, os Hunos não desapareceram subitamente no século V-VI, apenas desapareceu o nome pois o núcleo dos Búlgaros de Asparukh, o fundador da actual Bulgária, era formado por Hunos³⁷. Apesar de vencidos pelos Oghuz, alguns segmentos Pechenêgues permaneceram na região do mar de Aral, incorporando o grupo vencedor (eram o 19.º clã da hierarquia clânica da confederação Oghuz)³⁸.

Aparecendo muitas vezes isolada, sem referência a condições económicas e políticas, a teoria da carambola tem-se prestado, pelo seu esquematismo, a uma série de utilizações simplistas mais condizentes com uma mecânica do que com uma história da estepe. Sulimirski – apenas um exemplo entre dezenas – sintetizou a história dos Sármatas como sendo a epopeia de muitas tribos migrando de leste para oeste, «each pushing forward and being pushed in turn from behind, until they reached the barrier of Rome»³⁹. É a vulgata do «pushed and pushing», uma visão simplista que nada explica, verdadeiramente. Porque o que importa perceber não é tanto o movimento das tribos num sentido ou noutro mas os fenómenos de fragmentação e recombinação tribais; não eram dois estados territoriais que chocavam entre si, mas sim entidades segmentares que se recombinavam frequentemente. E é o mecanismo de fragmentação/recomposição – e não propriamente a migração – que explica a agressão contra o mundo seden-

³⁶ Ildikó Ecsedy, «Nomads in history and historical research», in *Acta Orientalia*, XXV, 2-3, 1981, p. 217. Para uma conceptualização da tribo em geral, e da tribo nómada em particular, ver Marshal Sahlins, «The segmentary lineage: an organization of predatory expansion», in *American Anthropologist*, 63, 2, 1961, pp. 322-346; id., *Tribesmen*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1968; Elman R. Service, *Primitive Social Organization: an Evolutionary Perspective*, New York, Random House, 1962; William Irons, «Variation in political stratification among the Yomut Turkmen», in *Anthropological Quarterly*, 44, 3, pp. 143-156; Morton H. Fried, *The Notion of Tribe*, Menlo Park (Ca.), Cummings Publishing Co., 1975; E. Marx, «The tribe as a unit of subsistence: nomadic pastoralism in the Near East», in *American Anthropologist*, 79, 2, 1977, pp. 343-363; id., «Back to the problem of tribe», in *ibid.*, 81, 1, 1979, pp. 124-125; P. C. Salzman, «Does complementary opposition exist?», in *Anthropological Quarterly*, 80, 1, pp. 53-70; Jean-Pierre Digard, «Jeux de structures. Segmentarité et pouvoir chez les nomades Baxtyari d'Iran», in *L'Homme*, 102, XXVII (2), 1987, pp. 12-53.

³⁷ Denis Sinor, «The Hun period», in Sinor (ed.), *op. cit.*, p. 198.

³⁸ Pritsak, *op. cit.*, p. 215.

³⁹ T. Sulimirski, *The Sarmatians*, Thames & Hudson, Southampton, 1970, p. 17.

tário, sobretudo quando da recombinação dos segmentos tribais resultava algo de temível ou poderoso.

De facto, a atitude típica dos nômadas no momento em que contactavam inicialmente com as fronteiras dos Estados sedentários caracterizava-se não tanto pela guerra de grande amplitude ou pela invasão dos territórios – que, por norma, estavam ecologicamente pouco adequados ao prosseguimento do nomadismo, e não faziam parte das opções iniciais –, mas pela pilhagem e pela cooperação militar com os novos vizinhos. Durante a Antiguidade e a Idade Média o nómada ofereceu a sua flecha em troca de bens ou de promessas de pilhagem em áreas sedentárias. Em muitos casos foram os novos vizinhos sedentários – ou melhor, uma parte desses novos vizinhos – a seduzi-los, a atraí-los, a aproveitar a sua proximidade para desencadear conflitos ou para quebrar o equilíbrio político instável dos seus Estados e regiões. A presença de tribos nômadas na proximidade de uma estrutura política sedentária funcionava muitas vezes como catalisador das tensões políticas no interior dessa estrutura. Como narrava um cronista do século X, numa perspectiva reminescente da lenda das Portas de Alexandre e da caixa de Pandora, Carlos Magno havia aprisionado os Húngaros atrás de uma intransponível linha de fortificações; porém, Arnulfo de Caríntia havia-os libertado para obter a sua ajuda contra Svatopluck da Morávia⁴⁰.

Atendendo à natureza contingente das uniões políticas no mundo tribal, não há razão para pensar que as coisas se tivessem passado de forma muito diferente no interior da estepe. Ainda que a micro-história política dos cavaleiros da Eurásia Interior esteja mal documentada existem apesar de tudo algumas referências que o atestam. Por vezes as próprias fontes que nos dão o esquema de «push and pushing» entre os nômadas, fornecem igualmente elementos para construir uma visão mais complexa⁴¹. Convém, aliás, frisar

⁴⁰ Widukind de Corvey, *Chronica Saxonum*, n.º 10, I, 19. Terá sido Flavius Josefus, o historiador judeu do século I d. C., o primeiro a deixar referência à lenda das Portas de Alexandre: segundo uma tradição disseminada, e que conheceu variantes ao longo do tempo, o conquistador macedónio teria empurrado os bárbaros para as terras mais escuras do norte e, depois de os ter encurralado atrás de duas montanhas inacessíveis, teria bloqueado a passagem por meio de uma porta de ferro (cfr. A. R. Anderson, *Alexander's Gate, Gog, Magog and the Enclosed Nations*, Cambridge, Mas., 1932).

⁴¹ De acordo com uma tradição de Heródoto, os Citas teriam sido empurrados pelos Messagetos, precipitaram-se sobre os Cimérios que, por sua vez, teriam fugido à sua frente, invadindo a Anatólia (*Hist.*, IV, 14). Esta explicação das grandes invasões e agressões nômadas dos séculos VIII-VII a. C., foi, regra geral, adoptada pela historiografia. No entanto, Heródoto contém passagens muito interessantes sobre o assunto, passagens que têm sido relativamente desvalorizadas. Conta, por exemplo, como os Cimérios se disputaram entre si para decidir sobre a acção a tomar face à ameaça cita, e como se dividiram em dois grupos, que designa por «tribo real» e «povo»; a tribo real combateu entre si até à morte; seguidamente o «povo» abandonou o território e só então os Citas, aproveitando o terreno vazio, avançaram para ocidente (*Hist.*, IV, 12). Outra documentação sugere que processos semelhantes (com pilhagens, fracturas internas dos invadidos, alianças entre os recém-chegados e sectores dos invadidos) terão ocorrido igualmente nos movimentos para oeste dos Hunos, Pechenêgues, talvez também dos Sármatas.

que o motor das perseguições na estepe não era necessariamente (e talvez nem sequer geralmente) económico. Aquilo que levava uma tribo a escapar à frente de outra e a percorrer milhares de quilómetros não seria tanto uma luta pelas pastagens mas a fuga à submissão política e a necessidade de evitar um vizinho incómodo. Inversamente, aquilo que levava a entidade perseguidora a perseguir era a necessidade política e ideológica de impor a submissão ou de se aproximar de povos susceptíveis de serem pilhados.

Uma outra interpretação essencialmente mecânica é a teoria do vácuo. Uma vez que nem todas as guerras e invasões coincidiam com os ciclos de seca, Toynbee procurou complementar a sua interpretação climatológica com a teoria da oportunidade política: o súbito enfraquecimento do poder central no seio de um Estado sedentário suscitaria uma ocasião de conquista que era imediatamente aproveitada por um grupo nómada das imediações. Esta tese foi perfilhada por muitos historiadores do nomadismo que lhe atenuaram, por vezes, o carácter marcadamente mecanicista⁴². Apesar de tudo, a sua validade explicativa continua a ser reduzida. Não se contesta que um súbito enfraquecimento das defesas fronteiriças fosse frequentemente aproveitado para lançar incursões de pilhagem. Durante o Inverno de 68-69 d. C. os Sármatas Roxolanos tiraram imediatamente partido da guerra civil e do desguarnecimento do *limes* do Danúbio, e raziaram a Mésia⁴³. Situações análogas aconteceram inúmeras vezes na história da estepe. Duvida-se, isso sim, que as crises político-militares no interior dos Estados sedentários pudessem por si só ocasionar invasões ou ataques importantes. Para que um vácuo político ou uma situação de conflito generalizado entre os sedentários fossem aproveitados pelos nómadas para desencadear acções militares em larga escala, era necessária a prévia existência de formações políticas aptas a aproveitar as oportunidades e, na estepe, a constituição dessas formações podia ser morosa⁴⁴. E, ainda assim, sendo necessária, a pré-existência de grandes formações políticas nómadas podia não ser uma condição suficiente para justificar a ocupação do espaço sedentário: a poderosa confederação imperial turca do século VII, por exemplo, não conquistou a China durante o período de convulsões que sucedeu à queda dos Sui⁴⁵.

⁴² A título de exemplo ver Lattimore, *Studies...*, *op. cit.*, p. 486.

⁴³ Tácito, *Hist.*, I, 79. A Mésia correspondia ao norte da actual Bulgária.

⁴⁴ A própria ecologia dificultava, na prática, a construção de organizações mais complexas do que a tribo, porque qualquer candidato a líder supratribal tinha de obter a aquiescência de uma população altamente móvel que podia simplesmente levantar o acampamento e ignorar as suas pretensões. Ao contrário das sociedades agrárias, que podiam concentrar e armazenar a riqueza, as sociedades pastorais dependiam do gado que tinha de ser apascentado extensivamente, e não podia ficar concentrado num qualquer centro de poder administrativo e governativo (cfr. Fletcher, *op. cit.*, p. 14).

⁴⁵ Denis Sinor, «The establishment and dissolution of the Turk empire», in Sinor (ed.), *op. cit.*, pp. 305-307; Barfield, *op. cit.*, pp. 14, 136 segs.

Recentemente, Barfield matizou substancialmente a teoria do vácuo graças ao conceito de «conquista Manchu». Considerando a relação militar nómada/sedentário nas fronteiras da China, o autor verificou que, regra geral, os povos da estepe evitavam a ocupação do solo imperial chinês. A sua estratégia usual visava apenas o acesso ao comércio ou a obtenção de subsídios e tributos. Excepção feita ao caso dos Mongóis, as conquistas da China teriam sido, sempre, obra de tribos manchus que tendiam a formar pequenos reinos fronteiriços, combinando elementos tribais e imperiais, nómadas e sedentários, e que, aproveitando o relativo vácuo político criado pela queda de uma dinastia chinesa, podiam chegar a anexar todo o norte da China⁴⁶. Ainda que a análise de Barfield esteja circunscrita à fronteira chinesa, é possível afirmar que algo de semelhante se terá passado no ocidente. Não foram os Hunos que invadiram o império, mas sim fragmentos de tribos sedentárias ou semi-sedentárias, agregados em novas unidades. Os Lombardos que invadiram a Itália no século VI eram um grupo heterogéneo formado por restos de populações romanas e por Lombardos, Gépidas, Búlgaros, Suevos, Sármatas, Bávaros e outros povos germânicos⁴⁷. Aliás, a forma como esses Lombardos invadiram a Itália é curiosa e educativa a respeito do mecanismo de «push and pushing» que critiquei atrás. Foi para aproveitar o vazio de poder em que a Península italiana caíra com a destruição dos Ostrogodos que o rei lombardo Alboíno decidiu invadi-la, e não porque a isso tivesse sido forçado pelo avanço dos nómadas Ávaros para Ocidente⁴⁸. Ou seja, tanto o trabalho de Barfield como a história comparada mostram que a tese do vácuo só mantém potencialidades explicativas quando aplicada a sectores muito específicos da estepe. Para as grandes confederações nómadas uma interpretação mecânica que explique as invasões e os ataques por simples efeito de sucção não tem cabimento.

Chegados aqui, e fazendo contas ao caminho percorrido por este artigo, há que reconhecer que as teorias resumidas e criticadas até ao momento não cobrem integralmente as razões internas que justificam a existência de ataques militares nómadas em épocas de desimpedimento comercial. Para tanto é imprescindível recorrer às explicações de natureza política.

4. Interpretações políticas

Desde a Antiguidade que existe uma explicação de cariz individualista para a eclosão da guerra nómada. Essa explicação passa pela ideia de centra-

⁴⁶ Barfield, *op. cit.*, pp. 9-10.

⁴⁷ *Hist. Langob* (n.º 33), II, 26.

⁴⁸ Na verdade, o movimento invasor foi feito de comum acordo com as chefias nómadas. Um tratado entre Alboíno e Baian, o *khagan* Ávaro, cedia a estes últimos a Panónia, isto é, a actual Hungria, reservando contudo aos primeiros, e por um período de 200 anos, o direito de aí regressarem se tal viesse a ser necessário (cfr. Musset, *op. cit.*, p. 140).

lização política e pode ser sintetizada da seguinte maneira: ocasionalmente, poderia surgir entre os nómadas uma personalidade forte, capaz de unificar as tribos dispersas e de lhes conferir uma grande capacidade de ataque. De acordo com esta perspectiva, as grandes acções militares nómadas seriam, de certa forma, consequência da acidentalidade, isto é, do aparecimento e triunfo de um líder carismático.

Ao contrário do que pretendem as correntes materialistas, que fazem depender os movimentos agressivos nómadas do jogo de forças económicas e demográficas, a personalidade do líder é um elemento fulcral que nenhum estudioso da Eurásia Interior pode subestimar. Devido a um conjunto de atributos pessoais, nomeadamente a enorme habilidade para suscitar lealdades, um líder como Chingis Khân terá sido um homem muito superior a todos os outros chefes tribais do seu tempo, e terá tido, por isso, uma importância central no desencadear das conquistas Mongóis⁴⁹. Aliás, é importante não esquecer que, no passado, uma das grandes linhas de acção das diplomacias chinesa, iraniana ou bizantina foi, precisamente, a de procurar obstar à acumulação de poder nas mãos de um chefe nómada; por isso, costumavam conceder apoio alternado a vários chefes rivais de modo a que a temida unificação da estepe nunca se realizasse. Contudo, e ainda que alguma historiografia a tenha adoptado, parcial ou integralmente, a teoria do homem providencial é difícil de consubstanciar devido à ausência de uma base documental capaz de suportar sequer um esboço biográfico elementar da grande maioria dos líderes nómadas. Com algumas excepções, a documentação pouco mais fornece do que os seus nomes. Mas, ainda que existisse uma documentação mais rica desse ponto de vista, a teoria do homem providencial, enunciada dessa forma, não bastaria para colmatar as carências do corpo teórico já analisado atrás. Imaginar, como fez Vernadski, que várias tribos juntavam os seus guerreiros para formar uma confederação forte «and the ball of expansion would start rolling», não nos leva além da explicação mecânica⁵⁰. Para entender o fenómeno guerreiro subsequente à emergência de um grande Khân é necessário passar para um plano mais complexo que conceba a unificação social e política no interior da estepe não apenas como pré-condição da guerra de grande amplitude mas como um motor da própria guerra, algo que movia e empurrava a sociedade nómada contra alvos limítrofes.

E porquê? Devido à natureza instável e volátil do poder político em sociedades segmentares e extremamente móveis como eram as nómadas. Significa isto que toda a formação política nómada navegava entre um princípio de autonomia e um princípio de agregação dos seus segmentos. O movimento para a desagregação era facilitado pela economia, pela opo-

⁴⁹ Fletcher, *op. cit.*, p. 34.; para uma perspectiva diferente, se não mesmo oposta, ver Khazanov, «The origin...», *op. cit.*, p. 36.

⁵⁰ George Vernadski, «The Eurasian nomads and their impact on Medieval Europe», in *Studi Medievali*, IV, 2, 1963, p. 407.

sição interna das linhagens e dos indivíduos; o movimento de agregação era estimulado por razões estratégicas e de organização da exploração das pastagens⁵¹. Mas deve ficar claro que as formações políticas nómadas eram entidades fluidas que nasciam e aumentavam a expensas de outras, ou, inversamente, se desfaziam, fragmentadas em tribos, clãs e linhagens. É verdade que a existência nas imediações da estepe de um Estado centralizado rico e militarmente poderoso suscitava a presença de um líder nómada unificador capaz de extorquir bens a esse Estado. Mas, por outro lado, a vida da estepe dificultava o advento de um líder único, visto que tanto a organização das pastagens como as pequenas incursões de pilhagem podiam ser organizadas a nível tribal ou subtribal, e visto, também, que a grande mobilidade permitia a qualquer segmento social afastar-se sempre que a situação política não fosse do seu agrado. Por outras palavras, as tribos só se uniriam por interesse e enquanto esse interesse pudesse ser alimentado pela acção política do líder. Ou seja, a coesão social e política das confederações tribais e dos impérios da estepe só se mantinha através da guerra e, sobretudo, dos seus resultados positivos: o saque e a distribuição desse saque por todos os segmentos constituintes da formação política⁵². As congregações *ad hoc* em torno de um líder vitorioso e prestigiado, e baseadas no interesse material, eram geralmente preferidas às ligações baseadas na descendência (ainda que a descendência viesse, depois, cobrir e sancionar ideologicamente cada uma dessas ligações *ad hoc*)⁵³. Mas uma vez que a obediência das tribos não podia ser conservada indefinidamente pela força – ou ameaça da força – e que tinha de ser comprada com bens – ou promessas de bens – a obter no exterior, a expensas alheias, toda a unificação política na estepe trazia no bojo a guerra contra os vizinhos nómadas, a expulsão dos que recusavam a sujeição e, depois, a projecção da agressividade concentrada sobre os alvos sedentários limítrofes. Como escrevi num outro local, «o desenvolvimento de uma confederação nómada implica logicamente a existência de um objectivo guerreiro ou a de um Estado parasitado (ou parasitável)»⁵⁴.

A teoria que entende as modalidades da guerra nómada como uma consequência das estruturas políticas da estepe terá actualmente uma grande aceitação. Todavia, para falar com rigor, ela constitui apenas um conjunto ainda mal seguro de hipóteses e sugestões. Poucos investigadores negarão a ideia de que uma actividade militar nómada de grande amplitude pressu-

⁵¹ Marx, «The tribe...», *op. cit.*, p. 349.

⁵² Joseph Fletcher, «Turco-Mongolian monarchic tradition in the Ottoman Empire», in *Harvard Ukrainian Studies*, III/IV, 1, 1979-80, p. 238; Rudi Paul Lindner, «What was a nomadic tribe?», in *Comparative Studies in Society and History*, 24 (4), 1982, pp. 689-711; Marques, *op. cit.*, pp. 91-93; para uma abordagem específica ver Beatrice F. Manz, «The ulus Chagatay before and after Temour's rise to power: the transformation from tribal confederation to army of conquest», in *Central Asiatic Journal*, 27, 1-2, 1983, pp. 79-100.

⁵³ Lindner, «What was...», *op. cit.*, pp. 689-711; William Irons, «Political stratification among pastoral nomads», in *Équipe Écologie et Anthropologie des Sociétés Pastorales* (ed.), *op. cit.*, p. 369.

⁵⁴ Marques, *op. cit.*, p. 93.

punha uma qualquer forma de integração ou federação tribal bem centralizada, ou até mesmo a existência da figura do Grande Khân. No entanto, essa ideia apoia-se numa teoria implícita que não é mais do que o resumo de uma dúzia de situações históricas concretas; acresce que esse resumo está limitado pelas ambiguidades e indefinições da terminologia antropológica. Não são fáceis de classificar os níveis de integração sócio-política entre os nómadas. Recentemente houve um esforço louvável no sentido da distinção clara de conceitos como «confederação simples», «confederação imperial» e «império da estepe», e da relação de cada uma dessas formas com um tipo preferencial de actividade militar. De acordo com os trabalhos de Barfield e de Fletcher, por exemplo, a guerra de grande amplitude só se tornaria obrigatória quando a integração política atingia o nível dos «impérios da estepe»⁵⁵. Porém, algumas movimentações militares de grande dimensão parecem escapar ao modelo geral proposto pela interpretação política. Aparentemente as primeiras iniciativas dos Hunos contra a Europa Oriental, por exemplo, não teriam subjacente uma verdadeira centralização política, e as tribos actuavam isoladamente e, por vezes, em campos opostos⁵⁶.

Por outro lado, e mesmo que aceitemos integralmente as interpretações políticas da belicosidade nómada, forçoso se torna reconhecer que elas apenas solucionam um dos termos da equação e que o trabalho para destrinçar aquilo que designamos genericamente por guerra nómada está inteiramente por fazer⁵⁷. Ou seja, nenhuma das teorias revistas constitui, quando tomada isoladamente, uma justificação absoluta para as múltiplas formas assumidas pela agressividade dos cavaleiros da estepe ao longo de cerca de dois mil e quinhentos anos de relação com o mundo sedentário, o que é compreensível. As guerras nómadas – como quaisquer outras, aliás – foram processos complexos que terão obedecido à convergência de vários factores e que não podem ser justificados através de uma fórmula monolítica. Os debates entre os que procuram atribuir a agressividade nómada a razões económicas, demográficas, políticas, climatológicas, mecânicas, têm contribuído para transmitir a falsa sensação de oposição essencial entre as teses que perfilham. Na verdade, essas teses são, ou podem ser, confluentes e toda a discussão assenta numa oposição ilusória que só se mantém graças à utilização demasiado vaga da terminologia. O que importa sublinhar é que através dessa confluência de interpretações, o historiador da Eurásia Interior – ou o historiador, em geral –, dispõe de uma importante rede de conceitos e de modelos que lhe permite partir para a compreensão do passado bélico de cada entidade em particular.

⁵⁵ Thomas J. Barfield, «The Hsiung-nu Imperial Confederacy: organization and foreign policy», in *Journal of Asian Studies*, 41, 1, 1981, pp. 45-61; e Fletcher, «The Mongols...», *op. cit.*, pp. 16-21.

⁵⁶ Cfr. E. A. Thompson, *A History of Attila and the Huns*, Oxford University Press, Oxford, 1948.

⁵⁷ Curiosamente, a grelha classificatória de uma tipologia bélica existe já nos Anais chineses; para os sete conceitos utilizados nesses Anais para classificar as acções agressivas dos nómadas ver Jagchid e van Symons, *op. cit.*, p. 24.

CHÁ – A SOCIABILIZAÇÃO DA BEBIDA EM PORTUGAL: SÉCULOS XVI-XVIII

por

JOÃO TELES E CUNHA¹

O chá, embora pertencendo a uma matriz civilizacional extra-europeia, acabou por entrar nos hábitos e costumes do Velho Mundo em etapas que se assemelham às que a própria infusão atravessou no espaço civilizacional sínico, embora com as distâncias que a prudência e as diferenças culturais aconselham e estabelecem.

O pulsar e a progressão do chá foi *sui generis*, uma vez que só lentamente extravasou as fronteiras do espaço de onde surgiu e se vulgarizou. Para o comum dos europeus é um hábito moderno, que tem tão-só uns meros três séculos, em comparação com o consumo na China, onde se usa há muito mais de um milénio, segundo fontes escritas.

Procurou-se mostrar a história da sua expansão no espaço português e o impacto que teve na vida portuguesa desde a sua descoberta no século XVI até ao fim do século XVIII.

A botânica e a expansão agrícola

O Chá é o produto tratado das folhas da árvore-do-chá, [*Camellia sinensis* (L.) O. Kuntze], uma cameleira da família das *Teáceas*. A planta é um arbusto de folhas perenes que em estado selvagem pode atingir os 12 m, mas em cultura não ultrapassa os 2 m. O chazeiro, de aparência, assemelha-se a um mirteiro, enquanto as suas flores, de corola branca com estames amarelos, lembram a rosa silvestre. A flor produz um fruto, o qual tem três sementes.

A planta é originária do continente asiático, onde se encontra naturalmente nas regiões compreendidas entre o Yunnan, na China, e a cordilheira

¹ Investigação feita com o apoio de uma bolsa de curta duração da Fundação Oriente para uma exposição sobre o chá realizada em 1999.